EMENTÁRIO DA PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PA n. 28/2023

COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE. REFORMA DA PREVIDÊNCIA. EC 103/2019. Pretensão de concessão do benefício de complementação da pensão por morte, paga pelo Regime Geral de Previdência Social, a pensionistas de ex-empregados da Ferrovia Paulista S/A – FEPASA, com fundamento nas Leis nºs 1.386, de 19.12.1951, 4.819, de 27.08.1958, 10.410, de 28.10.1971 e 9.343, de 22.02.1996. Dissídio Coletivo nº TSTDC 3/74 e o Contrato Coletivo de Trabalho do período de 1995/1996. Inviabilidade jurídica para os casos em que o óbito do instituidor da pensão tenha ocorrido na vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019, nos exatos termos do § 15 do artigo 37 da Constituição Federal. Precedentes: Pareceres PA nº 3/2008, 36/2020, 45/2020, 60/2020 e 12/2021. ADRIANA MASIERO REZENDE

Aprovado

PA n. 29/2023

SERVIDORES PÚBLICOS. Direitos e Vantagens. VANTAGENS PECUNIÁRIAS. Procuradores do Estado que pleiteiam a conversão de blocos de licenças-prêmio em pecúnia, nos termos da Lei Complementar nº 1.080/2008, artigos 54 a 56. Requerimentos formulados antes de completarem um ano de exercício nos respectivos cargos de Procurador do Estado. Concessão de licenças-prêmio à vista de tempo de serviço – também estatutário – por eles prestados junto ao Poder Judiciário Estadual (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo). Inexistência de restrição, pelo legislador, que o lapso temporal de que trata o artigo 56, §2º, item 2, da LC nº 1.080/2008, seja verificado somente nos atuais cargos providos pelos interessados. Possibilidade de aferição da assiduidade e ausência de penalidades disciplinares, no ano anterior ao pleito, em certidões expedidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça. ADALBERTO ROBERT ALVES

Aprovado

PA n. 32/2023

MILITAR. PREVIDÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. REVERSÃO DE QUOTA. Matéria que não integra as normas gerais relativas à pensão militar, não atraindo a incidência dos diplomas federais. Lei Federal nº 13.954/2019. Artigo 24-B do Decreto-Lei nº 667/1969. A solução para a questão relativa à reversão de cota-parte decorrente da extinção do direito de co-beneficiário será regida pelas normas estaduais. Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual nº 452/1974. Beneficiária que não é filha do instituidor do benefício. Ausência, no ordenamento jurídico, de previsão de equiparação de “menor sob guarda” a filho. Considerando a norma específica existente no regime próprio militar estadual, válida e eficaz, segundo a qual se admite a reversão somente de filhos para cônjuge ou companheiro ou companheira e destes para aqueles e, ainda, a ausência de beneficiários que ostentem a qualidade de filho dentre os remanescentes, não se há falar em reversão das quotas de pensão no caso concreto. Precedentes: Pareceres PA 14/2021, PA 15/2021, PA 19/2021, PA 43/2022, PA 40/2022, PA 75/2020, PA 15/2015, PA 57/2012, PA 51/2010. SUZANA SOO SUN LEE

Aprovado

PA n. 45/2023

MILITAR. VANTAGENS PECUNIÁRIAS. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LICENÇA-PRÊMIO. Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar - DEJEM. Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013. Regime Especial de Trabalho Policial. Artigo 1º da Lei Estadual nº 10.291, de 26 de novembro de 1968. Revogação do inciso IX da Lei Complementar nº 432/1985 promovida pela Lei Complementar nº 1.361/2021. Há o desempenho das atribuições inerentes aos componentes da Polícia Militar tanto quando o militar é convocado para desenvolver a “atividade DEJEM” como quando é escalado para realizar a “atividade delegada”, nos termos do artigo 1º, § 1º, nº 2, item “b”, da Lei nº 10.291/1968, fazendo jus ao adicional de insalubridade em ambas as hipóteses, ainda que realizadas no período de licença-prêmio. Não incidência do comando do artigo 4º da LCE nº 432/1985 à espécie. Regra excepcional que autoriza o recebimento do adicional de insalubridade ainda que inexistente o exercício das atividades insalubres em virtude dos afastamentos. Precedentes: Pareceres PA-3 148/1999, PA 81/2013, PA 7/2023. SUZANA SOO SUN LEE

Aprovado

PA n. 46/2023

MAGISTÉRIO. CARGO PÚBLICO. Transformação. Lei Complementar nº 1.374/2022. Transformação dos cargos de Diretor de Escola e Supervisor de Ensino em Diretor Escolar e Supervisor Educacional, respectivamente. ENQUADRAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO. Vinculação. Possibilidade de opção, pelos atuais servidores ocupantes dos cargos de Diretor de Escola e Supervisor de Ensino, pela migração para os novos cargos, com o necessário (re)enquadramento nos estritos termos previstos em lei. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. Lei Complementar nº 1.354/20, artigos 2º, inciso III, “b”, 6º, inciso VI, 10, inciso IV e 11, inciso IV. Na observância do requisito de “5 (cinco) anos no cargo efetivo, nível ou classe em que for concedida a aposentadoria” devem ser somados os períodos dos cargos de Diretor de Escola e Diretor Escolar. Do mesmo modo, na hipótese do Supervisor de Ensino que optar pelo cargo de Supervisor Educacional. Precedente: Parecer PA nº 34/2022. ADALBERTO ROBERT ALVES

Aprovado

PA n. 47/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO. Consulta sobre a viabilidade jurídica da Administração compensar créditos resultantes de multas administrativas ou indenizações, previstas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, não inscritos em dívida ativa, com pagamentos devidos pela Administração em razão do contrato ou de outros contratos administrativos celebrados com a mesma pessoa, desde que também estejam sob a gestão do órgão ou entidade sancionadora ou a ser indenizada, tendo em vista o entendimento institucional fixado nos Pareceres PA nº 186/2009 e 8/2019, à luz da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Considerando a dicção dos artigos 89 e 156, § 8º, da Lei federal nº 14.133, de 2021 e acórdão recente do Superior Tribunal de Justiça, concluiu-se pela viabilidade jurídica da realização da compensação legal, observados os requisitos e pressupostos necessários a que se opere <ipso jure= e resguardado o interesse público, bem como convencional. Proposta de revisão parcial dos Pareceres PA nº 186/2009 e 8/2019. ADRIANA MASIERO REZENDE

Aprovado

PA n. 48/2023

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. IAMSPE. Servidor público federal afastado, sem prejuízo de seus vencimentos, junto à Administração Pública Paulista. Solicitação de cancelamento de desconto mensal de contribuição ao IAMSPE. Demonstrativo de pagamento de vencimentos relativo ao cargo ocupado na esfera federal que evidencia descontos relacionados a planos de saúde. Decreto-Lei nº 257, de 29 de maio de 1970, artigo 3º, inciso I. Interpretação do vetusto dispositivo à luz da nova ordem constitucional e evolução de institutos jurídicos. Precedente: Parecer PA nº 02/2017. ADALBERTO ROBERT ALVES

Aprovado

PA n. 49/2023

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. FUNDAÇÃO. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Análise de projetos por pareceristas ad hoc. Inexistência de vínculo funcional ou remuneração pelo auxílio por eles prestado. Parecer que consubstancia opinião pessoal, de modo a atrair o sigilo de que tratam o artigo 31, §1º, I, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e artigo 35, §1º, 1, do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012. PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO. Publicidade. Lei de Acesso à Informação. Aplicação, in casu, do princípio da razoabilidade, de modo a resguardar a identidade do parecerista. ADALBERTO ROBERT ALVES

Aprovado

PA n. 7/2024

PODER DE POLÍCIA. VIGILÂNCIA SANITÁRIA. LICENÇA DE FUNCIONAMENTO. PROFISSÃO DE OPTOMETRISTA. Os artigos 38, 39 e 41 do Decreto federal nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932, e os artigos 13 e 14 do Decreto federal nº 24.492, de 28 de junho de 1934, impõem limitações ao exercício da profissão de optometrista. No julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 131, o Supremo Tribunal Federal, distinguindo entre o exercício profissional por técnicos em optometria – com formação de nível médio – e por graduados em tecnologia ou bacharelado em optometria – com formação superior, declarou a recepção dos dispositivos em tela pela Constituição Federal de 1988, com modulação dos

efeitos subjetivos do julgado, para fixar que as proibições ali veiculadas não se aplicam aos profissionais qualificados por instituição de ensino superior regularmente instituída mediante autorização do Estado e por ele reconhecida. Decisão com eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público (artigo 10, § 3º, da Lei federal nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999). As ações de vigilância sanitária no âmbito do Estado de São Paulo devem observar o decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADFP nº 131, até o advento de legislação federal sobre a matéria. ADRIANA MASIERO REZENDE

Aprovado

PA n. 20/2024

CONCURSO PÚBLICO. VINCULAÇÃO À LEI E AO EDITAL. NOMEAÇÃO. Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022, que instituiu os Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação, bem como reestruturou o Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. Impossibilidade de nomeação de candidatos aprovados em concurso público para provimento de cargos da classe de Supervisor de Ensino, diante da extinção dos cargos vagos por lei. Inviabilidade de nomeação no cargo de Supervisor Educacional, em atenção aos princípios norteadores dos concursos públicos, especialmente os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade e publicidade. ADRIANA MASIERO REZENDE

Aprovado

PA n. 24/2024

LICENÇA POR ADOÇÃO. Dúvida sobre o documento a ser considerado para fins de verificação do cumprimento do prazo de quinze dias para apresentação do requerimento de fruição do benefício. A interpretação dos §§ 2º e 4º do artigo 1º da Lei Complementar nº 367, de 14 de dezembro de 1984, deve garantir máxima efetividade ao direito à licença por adoção que, para além de constituir direito do servidor público ou policial militar, encontra fundamento de validade na doutrina da proteção integral e do princípio da prioridade e do interesse superior do menor. Não se revelando viável a apresentação do “termo de adoção” expressamente previsto no § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº 367, de 1984, devem ser considerados

como documento(s) hábil(eis) para comprovar o cumprimento do prazo estipulado no referido dispositivo aquele(s) que demonstre(m) a ciência do interessado acerca da efetivação da adoção, o que será verificado no caso concreto a partir da análise dos documentos apresentados para comprovar o direito à licença, nos termos do § 3º do artigo 1º da Lei Complementar nº 367, de 1984, observado o princípio da razoabilidade. Em relação ao pedido de licença por adoção, por ocasião da obtenção da guarda judicial do menor para fins de adoção, o prazo previsto no § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº 367, de 1984, será contado a partir da expedição do termo de assunção de responsabilidade pela guarda, indicado no artigo 32 da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Precedentes: Pareceres PA 145/2004, 171/2004 e 97/2006. ADRIANA MASIERO REZENDE

Não aprovado, fixando-se tese no sentido de que o prazo previsto no § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº 367/1984 não se reveste de caráter peremptório, com o que resta superada a orientação estabelecida no despacho de aprovação parcial do Parecer PA nº 97/2006, no tocante ao prazo para requerimento da licença adoção.